

PUBLICIDADE LEGAL

INTECHLOG TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA. -

Sede: Rodovia RS 118, Km 11, nº 12.701, Sala 01, Bairro Neópolis, em Gravataí (RS), CEP 94100-420, CNPJ/MF 26.524.604/0001-20 - NIRE (JucisRS) 43 2 0803583 0. **CONVOCAÇÃO** - Convidamos os senhores sócios para se reunirem em **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se no dia **25 de abril de 2023**, na sede social, às **10 (dez) horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a)** votar que ao objeto social seja acrescentado o segmento de ARMAZÉM GERAL; **b)** votar que ao endereço da sede social seja agregada mais uma sala; **c)** eleger e votar, com prazo de mandato indeterminado, os membros da Diretoria; **d)** autorizar a Diretoria a encaminhar para registro a Segunda (2ª) Alteração Contratual para que sejam homologadas as matérias aprovadas nesta Reunião Extraordinária de Sócios e após consolidar o Contrato Social; **e)** aprovar que conste em ata os dados atualizados dos sócios; e **f)** outros assuntos de interesse social. Gravataí (RS), 04 de abril de 2023. (ass) Otelmo Albino Drebes - Diretor.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A. – MOTRISA –
Sede Social – Porto Alegre (RS) - Rua Mostardeiro, nº 777, sala 1051 - Bairro Rio Branco - CEP 90430-001 - CNPJ/MF 88.447.032/0001-80 - NIRE (JUCISRS) 43 3 0000776 6 – **CONVOCAÇÃO** – Convidamos os senhores acionistas para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA** a realizar-se na sede social, mais especialmente no auditório localizado no 4º andar do mesmo prédio onde se localiza a sede social, no **dia 20 de abril de 2023, às 9h30**, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: (i)** apreciar, discutir e votar as matérias de que trata o art. 132 da Lei 6.404/76, relativamente ao exercício social findo em **31.12.2022**, como sendo: **a)** aprovação das contas da administração (**Demonstrações Financeiras**); e **b)** destinação do resultado do exercício; **(ii)** - votar e aprovar a **remuneração global/mensal dos membros da administração** (art. 152 da Lei 6.404/76); **(iii)** - outros assuntos de interesse social. Porto Alegre (RS), 15 março de 2023. (ass) Fernando Munhós Thormann-*Presidente do Conselho de Administração*

NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

HABITASUL DESENVOLVIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A. - CNPJ/ME Nº 03.078.261/0001-12 NIRE Nº 43300038947 CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 504, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre, RS, CEP: 90.480-900, às 09:30 horas do dia 25 de abril de 2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Fixar o montante da remuneração dos Administradores. Porto Alegre, 06 de abril de 2023. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

HOTEL LAJE DE PEDRA S.A. - CNPJ Nº 89.011.456/0001-60 NIRE Nº 43300009289 CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - Convidamos os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, na sede social, na Av. Carlos Gomes, 400, sala 504, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre, RS, CEP- 90.480-900, às 09:00 horas do dia 25 de abril de 2023, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Fixar o montante da remuneração dos Administradores. Porto Alegre, 06 de abril de 2023. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL



Sociedade Educacional Santa Rita S.A.

CNPJ nº 91.109.660/0001-60

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)

Balancos Patrimoniais		31/12/2022		31/12/2021		Balancos Patrimoniais		31/12/2022		31/12/2021		Demonstrações dos resultados		2022		2021	
Ativo/Circulante		48.800		35.087		Passivo/Circulante		33.553		21.546		Receita líquida		64.800		64.549	
Caixa e equivalentes de caixa	28.425	27.454	Fornecedores	1.012	1.143	Custo dos serviços prestados	(41.208)	(38.279)	Lucro bruto	23.592	26.270	Despesas e receitas operacionais: Despesas gerais e administrativas	(7.464)	(7.274)			
Contas a receber	7.352	5.371	Obrigações trabalhistas	4.778	4.891	Depreciação e amortização	(3.146)	(3.470)	Despesas com provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(3.702)	(5.174)	Resultado de equivalência patrimonial	11.630	10.795			
Dividendos a receber	10.939	-	Obrigações tributárias	986	947	Outras receitas operacionais, líquidas	199	67	Lucro antes das despesas e receitas financeiras	21.109	21.214	Receitas financeiras	3.298	1.201			
Tributos a recuperar	661	819	Dividendos a pagar	18.790	5.850	Juros sobre passivo de arrendamento	3.041	3.075	Despesas financeiras	(5.148)	(4.070)	Provisão para demanda judicial	(1.463)	1.583			
Outros créditos	1.423	1.443	Adiantamentos de clientes	875	832	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.702	5.174	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.702	5.174	Ajuste para reconciliar o lucro antes do IR e CS com o fluxo de caixa	21.897	25.507			
Não circulante	138.256		127.567		Não circulante		38.135		27.298		Decréscimo (acréscimo) em ativos		(5.568)		(3.877)		
Contas a receber	1.452	1.567	Provisão para demandas judiciais	1.328	2.791	Depósitos judiciais	(122)	(68)	Contas a receber	(122)	(68)	Depreciação e amortização	3.146	2.902			
Partes relacionadas	-	5	Obrigações de arrendamento mercantil	36.807	24.507	Tributos a recuperar	158	(416)	Depreciação direito de uso	5.841	5.115	Juros incorridos sobre aquisição de controladas	1	108			
Depósitos judiciais	251	129	Obrigações de arrendamento mercantil	36.807	24.507	Impostos diferidos	-	(1)	Juros sobre passivo de arrendamento	3.041	3.075	Outros créditos	1.818	(1.368)			
Outros créditos	1.113	2.734	Patrimônio líquido	115.368		113.810		113.810		113.810		Decréscimo (acréscimo) em passivos	(131)	128			
Tributos diferidos	5.575	8.197	Capital social	71.159	71.159	Reserva de capital	21.965	21.965	Fornecedores	(131)	128	Obrigações trabalhistas	(113)	778			
Investimentos	19.394	18.703	Reserva de lucros	22.244	20.686	Reserva de lucros	22.244	20.686	Obrigações tributárias	39	485	Mensalidades antecipadas	43	83			
Imobilizado, líquido	12.616	11.619	Total do passivo e patrimônio líquido	187.056		162.654		162.654		162.654		Outras contas a pagar	106	8			
Direito de uso	39.263	26.003							Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	18.127	21.259	Dividendos recebidos de controladas	-	568			
Intangível, líquido	58.592	58.610							Aquisição de imobilizado	(3.793)	(2.897)	Aquisição de intangível	(265)	(379)			
Total do ativo	187.056		162.654		187.056		162.654		162.654		162.654		Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.058)	(2.708)		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		Reservas de Lucros				Resultados dos exercícios		Total	
	Capital Social	Reserva de Capital	Retenção de lucros	Reserva Legal	Total de reservas de lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.159	21.965	6.928	1.849	8.777	-	101.901	-	101.901
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.619	-	15.619	15.619
Destinação do resultado do exercício	-	-	-	781	781	(781)	-	(781)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	-	(3.710)	(3.710)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.128)	(11.128)	-	-
Retenção de lucros	-	-	11.128	-	11.128	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	71.159	21.965	18.056	2.630	20.686	-	113.810	-	113.810
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.637	-	16.637	16.637
Destinação do resultado do exercício	-	-	(11.128)	-	(11.128)	-	(11.128)	-	(11.128)
Constituição da reserva legal	-	-	-	832	832	(832)	-	(832)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.951)	(3.951)	-	(3.951)
Retenção de lucros	-	-	11.854	-	11.854	(11.854)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	71.159	21.965	18.782	3.462	22.244	-	115.368	-	115.368

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 Contexto operacional: A Sociedade Educacional Santa Rita S.A. ("Sociedade Educacional Santa Rita S.A." ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com sede em Caxias do Sul-RS, localizada na Rua Marechal Floriano, 1229. A Companhia e suas controladas diretas têm como principais atividades a atuação na prestação de ensino em todos os níveis; a administração de atividade de supletivo, pré-vestibular, superior, profissionalizantes, pós-graduação, cursos livres e outras atividades educacionais correlatas; o desenvolvimento do curso em geral e de extensão universitária e pós-graduação por meio presencial ou de qualquer sistema tecnológico de comunicação de dados diretamente para os consumidores, ou por meio de uma rede de parceiros, receptores do sinal televisivo ou de qualquer outro sistema de transmissão de dados; o oferecimento de cursos de aprendizagem, treinamento gerencial e profissional preparatórios para carreira jurídica, atualização profissional, extensão universitária, especialização e monógrafos; a prestação de serviço de promoção e organização de eventos relacionados ao setor de educação e cursos; o desenvolvimento e a ampliação do conteúdo dos cursos de pós-graduação oferecidos, bem como o desenvolvimento de novos cursos de pós-graduação nas diversas áreas do conhecimento, ministrados de forma tele-presencial a distância; a prestação de serviços relativa a cursos, inclusive cursos de idioma e demais atividades correlatas; e a participação em outras sociedades, nacional ou estrangeira, na qualidade de sócia ou acionista controladora no setor de educação.

2 Políticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa.

3 Declaração de conformidade: A Empresa está apresentando suas demonstrações financeiras individuais, considerando que a Empresa não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; não teve arquivado nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto à Comissão de Valores Mobiliários; e sua controladora indireta, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., preparou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, conforme previsto no Pronunciamento CPC 36 - Demonstrações Consolidadas.

Diretoria
 Fabio Marcel Fossen - Diretor Presidente Luís Felipe Silva Bresaola - Diretor

Contador
 Afonso Celso Florentino de Oliveira - CRC: 1MG-071304/O-7 "T" SP

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

SHOPPING JOÃO PESSOA S/A
CNPJ/MF 92.889.724/0001-56 - NIRE 43 3 0002129 7
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 09h do dia 25 de abril de 2023, na sede social, Av. João Pessoa nº 1831, 3º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Ordinária: (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2022.
Porto Alegre, 13 de abril de 2023
Luciano Adures de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

MG INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A		Relatório da Administração - Senhores Acionistas: Atendendo disposições legais e estatutárias, submetemos à sua apreciação as Demonstrações Contábeis e Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2022. Permanecemos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Barra do Ribeiro, 01 de março de 2023. A Administração			
Balanco Patrimonial - (Em R\$) ATIVO		PASSIVO			
31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021		
Circulante.....	66.082.353,02	56.928.637,02	CIRCULANTE.....	5.687.547,33	7.662.746,70
DISPONÍVEL.....	18.844.129,08	17.147.915,85	Obrigações Comerciais.....	3.048.236,29	3.661.453,46
Caixa.....	1.058,35	1.633,22	Fornecedores.....	3.048.236,29	3.661.453,46
Dep. Bancários à Vista.....	76.024,74	98.145,91	Obrigações Fiscais.....	705.682,71	1.534.134,24
Aplicações Financeiras.....	18.767.045,99	17.048.136,72	Impostos a Recolher.....	705.682,71	1.534.134,24
CREDITOS.....	13.909.517,06	19.905.196,18	Obrigações Sociais.....	268.154,88	164.295,06
Clientes.....	13.040.225,01	19.185.758,01	Encargos Sociais Recolher.....	268.154,88	164.295,06
Impostos a Recuperar.....	386.607,71	226.990,78	Outras Obrigações.....	1.665.473,45	2.302.863,94
Adiantamentos.....	482.684,34	492.447,39	Créditos de Pró-labore.....	38.372,88	38.477,14
ESTOQUES.....	33.328.706,88	19.875.524,99	Outros Débitos.....	1.477.100,57	2.047.013,74
Matérias Primas.....	21.298.697,51	13.732.164,93	Adiant. de Clientes.....	150.000,00	217.373,06
Produtos em Elaboração.....	2.668.511,34	2.211.914,18	NÃO CIRCULANTE.....	19.835.999,90	4.419.716,27
Matérias de Consumo.....	408.056,53	419.977,74	Obrigações Com Acionistas.....	19.835.999,90	4.419.716,27
Matérias de Embalagem.....	449.187,72	548.243,16	Créditos de Lucros.....	19.835.999,90	4.419.716,27
Produtos Prontos.....	7.548.526,43	2.337.568,22	Patrimônio Líquido.....	89.336.832,47	90.824.659,57
Mercadorias p/Revenda.....	955.727,35	625.656,76	Capital Social.....	52.099.151,75	52.099.151,75
NÃO CIRCULANTE.....	48.778.026,68	45.978.485,52	Reservas de Lucros.....	37.237.680,72	38.725.507,82
CREDITOS.....	0	219.384,54	TOTAL DO PASSIVO.....	114.860.379,70	102.907.122,54
Aplicação Financeira.....	0	219.384,54			
IMOBILIZADO.....	48.778.026,68	45.759.100,98			
Operacional.....	18.419.116,85	15.995.643,34			
Veículos.....	2.045.060,65	1.565.346,25			
Administração.....	574.078,31	458.340,52			
Imóveis.....	2.442.550,60	2.442.550,60			
Imóveis Dest. Locação.....	25.297.220,27	25.297.220,27			
TOTAL DO ATIVO.....	114.860.379,70	102.907.122,54			

Demonstração do Resultado do Exercício - (Em R\$)		
31.12.2022	31.12.2021	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	74.208.968,19	75.845.372,75
Vendas Mercado Interno.....	18.675.004,31	18.304.508,26
Vendas Mercado Externo.....	48.982.016,34	51.388.018,74
Revenda de Mercadorias.....	1.688.020,74	1.864.442,29
Renda de Aluguéis.....	4.863.926,80	4.288.403,46
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(7.861.448,07)	(8.658.500,56)
Impostos Incidentes Sobre as Vendas.....	(7.548.693,03)	(8.448.323,79)
Devoluções.....	(312.755,04)	(210.176,77)
(=) RECEITA LÍQUIDA	66.347.520,12	67.186.872,19
(-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS VENDIDAS	(32.252.717,97)	(30.593.264,40)
Custo dos Produtos/Mercadorias Vendidas.....	(32.252.717,97)	(30.593.264,40)
(=) RESULTADO BRUTO	34.094.802,15	36.593.607,79
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	(4.230.196,14)	(3.250.380,49)
Despesas Gerais Administrativas.....	(4.230.196,14)	(3.250.380,49)
(=) RESULTADO OPERACIONAL	29.864.606,01	33.343.227,30
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	944.787,44	463.872,71
Receitas Financeiras.....	3.747.230,57	1.828.780,70
Despesas Financeiras.....	(2.802.443,13)	(1.364.907,99)
(=) RESULTADO ANTES DO IR E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30.809.393,45	33.807.100,01
(-) Imposto de Renda.....	(1.996.731,44)	(1.966.453,70)
(-) Contribuição Social s/o Lucro Líquido.....	(962.097,86)	(958.129,20)
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	27.850.564,15	30.882.517,11
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO	0,53	0,59

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - (Em R\$)		
31.12.2022	31.12.2021	
SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	29.338.391,25	17.245.800,12
Lucro Líquido do Exercício.....	27.850.564,15	30.882.517,11
Proposta da Administração de Destinação do Lucro		
Reserva Legal.....	(1.392.528,21)	(1.544.125,86)
Dividendos ou Lucros a Destinar.....	(29.338.391,25)	(17.245.800,12)
SALDOS NO FINAL DO EXERCÍCIO	26.458.035,94	29.338.391,25

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - (Em R\$)		
31.12.2022	31.12.2021	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	33.834.145,64	22.986.438,11
Resultado Líquido do Exercício.....	27.850.564,15	30.882.517,11
(Aumento) Redução Clientes.....	6.145.533,00	(7.485.673,33)
(Aumento) Redução Estoques.....	(13.453.181,89)	(4.875.578,09)
(Aumento) Redução Outros Créditos.....	(149.853,88)	1.211.730,70
Aumento (Redução) Fornecedores.....	(613.217,17)	2.370.448,64
Aumento (Redução) Contas a Pagar.....	14.054.301,43	882.993,08
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(2.799.541,16)	(6.031.568,03)
(-) Aquisição de Imobilizado.....	(2.799.541,16)	(6.031.568,03)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(29.338.391,25)	(17.245.800,12)
(-) Pagamentos de Lucros e Dividendos.....	(29.338.391,25)	(17.245.800,12)
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	1.696.213,23	(290.930,04)
Disponibilidades no Início do Período.....	17.147.915,85	17.438.845,89
Disponibilidades do Final do Período.....	18.844.129,08	17.147.915,85
CAIXA LÍQUIDO DAS DISPONIBILIDADES	1.696.213,23	(290.930,04)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Contexto Operacional: A Companhia é constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, está sediada no município de Barra do Ribeiro, neste Estado, na Av. Felipe Didido nº 450 e tem como atividades econômicas principais a industrialização, comercialização e exportação de pneumáticos para kart de competição e a importação e comercialização de motores e peças para kart de competição. Subsidiariamente a Companhia atua também na locação de bens imóveis de sua propriedade e que não estão vinculados às suas atividades industriais e comerciais.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: As Demonstrações Contábeis da Companhia relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de conformidade com as normas estabelecidas pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovada pela Resolução CFC nº 1.255, de 10 de dezembro de 2009, alterada pela Resolução nº 2016/NBC TG 1000 (R1), publicada no DOU de 01/11/2016 e pelas demais disposições legais aplicáveis. A preparação destas Demonstrações foi autorizada pela Administração em 01 de março de 2023.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis Adotadas: 3.1. Base de Mensuração: As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico. 3.2. Estimativas e Julgamentos: As normas vigentes exigem que sejam feitos julgamentos e estimativas sobre a provável realização de premissas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis, cujos resultados reais podem divergir destes julgamentos e estimativas. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas, alterando-as quando necessário. 3.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: Estas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data do fechamento da operação. 3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa: As aplicações financeiras referem-se a títulos de alta liquidez, não estão sujeitos a riscos de mudança de valor e são passíveis de resgate imediato. 3.5. Clientes: Corresponder a contas a receber oriundas da venda de produtos e mercadorias no decorrer das atividades normais da Companhia, sendo reconhecidos pelo valor faturado sem ajustes de provisão para perdas, tendo em vista tratarem-se de vendas com prazo de pagamento inferior a 60 (sessenta) dias, com garantia de liquidação nos respectivos vencimentos. Na conta de Clientes está incluído o valor de R\$ 504.741,95, a receber oriundo das rendas de aluguéis de pontos comerciais, os quais representam cerca de 4% da receita total. 3.5.1. Para os clientes de aluguéis comerciais é realizada uma análise detalhada e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de Crédito é solicitada. Existe uma inadimplência controlada e de baixo risco, e as renegociações são em sua maioria amparada por meios de instrumentos de confissão de dívida e cobrança. 3.6. Estoques: Os estoques estão registrados pelo valor de aquisição ou fabricação, líquido dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O custo dos produtos e das mercadorias vendidas é determinado pelo custo médio ponderado. 3.7. Impostos a Recuperar: Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entrada e saída de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes. 3.8. Imobilizado: Os bens do imobilizado estão registrados pelo seu valor de aquisição. Foi procedida análise da vida útil econômica estimada e constatou-se que os valores registrados não superam os custos de reposição. O valor recuperável estimado destes bens é compatível com o valor contábil registrado. 3.8.1. A partir do exercício de 2012 a Companhia deixou de depreciar os bens do Imobilizado em razão de não auferir benefício fiscal que justifique o procedimento, tendo sido procedida a reversão dos valores de depreciação registrados até o exercício de 2011. Em função da adoção do regime de tributação do imposto de renda pela sistemática do lucro presumido, além do custo da depreciação não refletir no montante dos impostos e contribuições devidos, haverá acréscimo proporcional da parcela tributável em caso de alienação futura destes bens. Apesar de não serem imputados ajustes de depreciação, não houve influência sobre o valor recuperável dos ativos. 3.9. Passivo Circulante e não Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, pelos encargos e variações monetárias incorridas. 3.9.1. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são decorrentes das operações normais da Companhia e estão avaliadas pelo valor das faturas correspondentes ajustadas a valor presente quando aplicável. 3.9.2. Obrigações Fiscais e Sociais: As obrigações fiscais são relativas aos impostos e contribuições incidentes sobre as vendas e sobre o lucro e as obrigações sociais são aquelas incidentes sobre a folha de pagamento de salários. Os saldos existentes são decorrentes de obrigações ainda não vencidas. 3.10. Patrimônio Líquido: O Capital Social é de R\$ 52.099.151,75 totalmente subscrito e integralizado, representado por 52.099.151 ações ordinárias nominativas sem valor nominal pertencentes a residentes no país. 3.11. Resultado do Exercício: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento das receitas quanto das despesas. 3.12. Reserva Legal: Do Lucro Líquido do Exercício a Empresa destinou 5% para incremento da Reserva Legal no valor de R\$ 1.392.528,21. 3.13. Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: São apurados pelo regime de tributação com base no lucro presumido, sistemática prevista no artigo 13 da Lei nº 9.718, de 1998. 3.14. Resultado por Ação: O resultado líquido por ação do Capital Social no presente exercício foi de R\$ 0,53, tendo sido apurado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas pela quantidade de ações subscritas. 3.15. Demonstração do Resultado Abrangente: Em virtude de não ter ocorrido no exercício nenhuma das circunstâncias previstas da Seção 5 da NBC TG 1000(R1), a Companhia deixa de apresentar a referida Demonstração. 3.16. Eventos Subsequentes: A Companhia não tem conhecimento de qualquer evento subsequente mensurável que possa gerar ajustes nestas demonstrações contábeis e financeiras.

Gianfranco Ventre Marcello Ventre Antonio Francesco Ventre Filho Enrico Matteo Ventre Liandro Porto Gonçalves
 Diretor Presidente Diretor Vice-Presidente Diretor Diretor Contador - CRC/RS 060372/0-7 - CPF 488.790.530-00

Jornal do Comércio
 O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

- ✉ agencias@jornaldocomercio.com.br
- ✉ comercial@jornaldocomercio.com.br
- ☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338
- ☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC



CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO RIO GRANDE DO SUL

CIEE-RS

CNPJ Nº 92.954.957/0001-95

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Associados, em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, o Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul, CIEE-RS tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras completas incluindo todas Notas Explicativas, o Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório dos Auditores Independentes, pertinentes aos Exercícios Sociais de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022 e 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas. para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ 1)				DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ 1)			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE		150.519.902	104.955.765	PASSIVO CIRCULANTE		19.819.446	14.183.268
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	135.307.110	92.717.056	Fornecedores e Credores		2.011.084	1.599.640
Aprender a Receber	5	7.710.147	6.878.230	Obrigações Sociais e Tributárias	13	5.386.149	4.328.021
Estágio a Receber	5	1.854.345	1.765.833	Bolsa Auxílio Estagiários a Repassar	14	6.625.410	5.112.343
Convênios a Receber	6	4.036.000	2.136.000	Receitas a Realizar Centro de Eventos		333.827	153.738
Aluguéis a Receber		601.184	483.128	Receitas a Realizar de Convênios	6	5.462.976	2.989.811
Adiantamentos	7	656.886	726.385	Contratos Imóv. unidades CIEE em construção		608.000	608.000
Almoxarifado		130.086	103.454	NÃO CIRCULANTE		6.290.579	2.932.007
Despesas do Exercício Seguinte		224.144	145.679	Provisões para Contingências	15	56.579	97.503
NÃO CIRCULANTE		263.455.216	229.743.422	Outros Débitos a pagar	15	-	164.504
Realizável a Longo Prazo		165.563.949	148.958.145	Receitas a Realizar Convênios	6	6.234.000	2.670.000
Depósitos Judiciais	15	580.735	737.237	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	387.865.093	317.583.912
Cauções	8	636.239	1.020.289	Patrimônio Social		317.583.912	281.539.271
Convênios a Receber	6	6.234.000	2.670.000	Superávit do Período		70.281.181	36.044.641
Investimentos Financeiros	9	158.112.975	144.530.619	TOTAL DO PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO		413.975.118	334.699.187
Investimentos	9	401.728	401.728				
Propriedades para Investimentos	10	34.890.942	36.360.865				
Imobilizado	11	59.986.962	44.022.684				
Intangível	12	2.611.635	-				
TOTAL DO ATIVO		413.975.118	334.699.187				

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ 1)			
	2022	2021	
Superávit líquido do exercício	70.281.181	36.044.641	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total	70.281.181	36.044.641	

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ 1)

NOTA 01 - Contexto operacional: O Centro de Integração Empresa Escola do Rio Grande do Sul - CIEE-RS, constituído o Assembléia em 28 de abril de 1969, é uma associação civil, de direito privado, sem fins lucrativos, de assistência social beneficente, educacional e cultural, tendo prazo indeterminado, com sede na Rua Dom Pedro II, nº 861, Bairro Higienópolis - Porto Alegre/RS - CEP 90.550-142 e Foro na mesma cidade, regendo-se pelo presente Estatuto Social e pela legislação que lhe for pertinente. **Fonte de recursos** - Os recursos para manutenção das atividades são obtidos mediante convênios operacionais, firmados com empresas e com órgãos públicos. O número de empresas conveniadas com Estagiários Ativos em 31/12/2022 era de 6.301 (6.085 em 2021). O número de empresas conveniadas com Aprendizes Ativos em 31/12/2022 era de 5.138 (4.026 em 2021). Os recursos para manutenção das atividades são obtidos por meio de contribuições institucionais do quadro de membros cooperadores empresas privadas e públicas, decorrentes das atividades de integração entre Empresa-Escola, por meio do Programa de Estágio de Estudantes Lei nº 11.788 de 25/09/2008, do Programa Aprendiz (art.428 e seguintes da CLT) e da Lei nº 10.097/2000, (a "Lei da Aprendizagem") e rendimentos auferidos do patrimônio, tais como alugueis de salas, estacionamento, centro de eventos e teatro. As atividades desenvolvidas pelo CIEE/RS enquadram-se no disposto no art. 203, inciso III da constituição federal, art. 2º, inciso III e art 3º da Lei nº 8.742 de 1993 (LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social), e tem como objetivo a promoção da integração ao mundo do trabalho, em especial, dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social. As atividades são gratuitas aos beneficiários e são realizadas de forma continuada, permanente e planejada, executando programas e ações sociais voltados para a defesa, conscientização e efetivação dos direitos socioassistenciais, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos. O CIEE/RS não recebe diretamente, a título de doação ou subvenção imediata, de qualquer órgão federal, estadual ou municipal.

NOTA 02 - Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da entidade e autorizadas para divulgação em 20 de março 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

NOTA 03 - Principais práticas contábeis: As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações contábeis da Entidade:

a) Base de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para R\$1, exceto quando indicado de outra forma.

c) Instrumentos financeiros: Os Instrumentos Financeiros são classificados numa das três categorias: Instrumentos Financeiros ao custo amortizado; Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado. Incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. A Entidade não possui operações com Instrumentos Financeiros de natureza decorrente de Derivativos.

d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, cartões fundo fixo, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

e) Receitas operacionais: compreendem o valor justo das contraprestações recebidas ou a receber de contribuição institucional pela intermediação sobre as "Bolsas Auxílios de Estágios" do Programa Estágio, Programa Aprendiz - contribuição de capacitação teórica dos jovens e outras Receitas de Atividades meio da Entidade.

f) Almoxarifado: O grupo é constituído pela aquisição de material de uso e consumo da Entidade, o qual está avaliado pelo custo médio ponderado de aquisição, não superando o valor de mercado.

g) Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes: Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

h) Imobilizado e intangível: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos constituídos pela própria Entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. A depreciação e amortização são reconhecidas com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados pela Administração da Entidade, não tendo sido identificada necessidade de alteração das expectativas anteriores.

i) Propriedade para investimento: Referem-se às propriedades em que se espera benefício econômico contínuo e permanente, representado por imóveis destinados à renda, os quais estão demonstrados pelo valor de custo. Inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados aos custos serão auferidos pela Entidade. Depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo.

j) Redução ao valor recuperável de ativos: Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

k) Ajuste a valor presente: Foi efetuada análise específica, quanto a efeitos em ajuste a valor presente das contas do ativo e do passivo decorrentes de operações de curto e longo prazo, não sendo apurado efeito significativo ou relevante.

l) Apuração do resultado: O resultado do período foi apurado segundo Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado. O Resultado do exercício será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências estatutárias (no ano seguinte ou no ano corrente? Na dmp1 está no ano seguinte, deveria mencionar isso?). O Resultado do exercício será aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 01.409/12 que aprovou a ITG 2002(R1) conforme destacado na nota 16.

m) Arrendamento mercantil e operacional NBC TG 06 (R3) - Arrendamento: A NBC TG 06 (R3) exige para todos os contratos de arrendamento no escopo da norma (exceto aqueles enquadrados nas isenções) que os arrendatários reconheçam os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso. Nas análises realizadas pela Entidade não foi identificado a necessidade de ajuste decorrente da aplicação norma, em suas demonstrações contábeis, uma vez que os saldos envolvidos não são representativos.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ 1)			
	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total do Patrim. Líquido
Saldo em 31/12/2020	262.103.294	19.435.977	281.539.271
Transferência para Patrimônio Social	19.435.977	(19.435.977)	-
Superávit Líquido do Período	-	36.044.641	36.044.641
Saldo em 31/12/2021	281.539.271	36.044.641	317.583.912
Transferência para Patrimônio Social	36.044.641	(36.044.641)	-
Superávit Líquido do Período	-	70.281.181	70.281.181
Saldo em 31/12/2022	317.583.912	70.281.181	387.865.093

As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em R\$ 1)

n) Uso de estimativas: Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando estimativas referentes à valorização de permutas, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

o) Provisão para contingências: A Entidade é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota Explicativa nº 15. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. Administração acredita que essas provisões para riscos tributários e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis, incluindo-se a leitura das Notas Explicativas.

NOTA 04 - Caixa e equivalentes de caixa: (a) Refere-se ao saldo de caixa da matriz. (b) Referem-se aos saldos disponíveis em contas correntes bancárias da matriz. (c) Referem-se aos saldos de Cartões de Débito do Fundo Fixo das unidades operacionais. (d) Referem-se principalmente a fundos de investimento e em Certificados de Depósito Bancário - CDB, administrados por bancos de grandeza nacional, que aplicam em cotas de fundos de investimentos em empresas de curto prazo, conforme análise das melhores taxas de mercado. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Entidade sem ônus.

	2022	2021
(a) Caixas	10.415	11.515
(b) Bancos	3.216.495	1.905.333
(c) Cartões Fundo Fixo unidades operacionais	168.108	105.966
(d) Aplicações Financeiras Ativo Circulante	131.912.092	90.694.242
	135.307.110	92.717.056

NOTA 05 - Aprender a Receber / Estágio a Receber: Referem-se às contribuições destinadas ao CIEE/RS, pelas organizações com convênio para o Programa de Integração ao Mundo do Trabalho - Estágio e Aprendizagem. Os saldos a receber correspondem basicamente às contribuições institucionais dos serviços prestados do quadro de membros cooperadores de empresas privadas e públicas, cujo recebimento ocorre principalmente no mês subsequente. A Entidade utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contribuições institucionais a receber. As perdas são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade. Sobre o montante em atraso provisionado há mais de 180 dias foi constituído o valor a título de provisão de créditos de liquidação duvidosa. A administração considera esse critério adequado para cobrir as perdas na realização dos valores a receber do programa aprendiz.

Descrição	2022	2021
Total Contribuições Institucionais Aprender a Receber	8.103.132	7.359.996
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (aprendiz)	(392.985)	(481.766)
Total contribuições institucionais aprendiz	7.710.147	6.878.230
Total Contrib. Institucionais Estágio a Receber	1.854.345	1.765.833
	9.564.492	8.644.063

Análise vencimentos contribuições aprendiz / estágio a receber

Prazo	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
até 30 dias	7.892.919	-	7.892.919
31 a 60 dias	-	1.143.227	1.143.227
61 a 90 dias	-	221.405	221.405
91 a 120 dias	-	109.986	109.986
121 a 150 dias	-	120.209	120.209
151 a 180 dias	-	76.745	76.745
Total contribuições a receber	7.892.919	1.671.572	9.564.492

Prazo	Créditos a vencer	Créditos vencidos	Total das operações
até 30 dias	6.952.480	-	6.952.480
31 a 60 dias	-	1.127.513	1.127.513
61 a 90 dias	-	289.646	289.646
91 a 120 dias	-	87.446	87.446
121 a 150 dias	-	99.021	99.021
151 a 180 dias	-	87.957	87.957
Total contribuições a receber	6.952.480	1.691.583	8.644.063

NOTA 06 - Convênios a Receber / Receitas a Realizar de Convênios: São registradas nestas rubricas os valores a receber do Governo do Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos estabelecidos nos Termos de Colaboração FPE N.º 154/2018 e 164/2018 para a execução do Programa de Oportunidades e Direitos - POD Socioeducativo e o Termo de Colaboração FPE N.º 2929/2020 Centro da Juventude Alvorada e do convênio privado com o banco Banrisul.

NOTA 10 - Propriedades para Investimento: As propriedades para investimentos correspondem a terrenos e edifícios mantidas para obtenção de rendimentos ou valorização do capital. As propriedades para investimentos representadas por imóveis destinados a renda, os quais estão demonstrados e contabilizados pelo valor de custo e conforme preconiza a norma contábil está sendo divulgado seu valor justo. Abaixo detalhamos:

	Propriedades para Investimento 2022						
	Saldo Inicial	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Depreciação Acumulada	Tx	Valor Justo
Propriedade investimento	45.436.653	45.436.653	19.575.788	1.469.923	21.045.711	4%	24.390.942
Terreno	10.500.000	10.500.000	-	-	-	-	10.500.000
Total	55.936.653	55.936.653	19.575.788	1.469.923	21.045.711	-	34.890.942

	Propriedades para Investimento 2021						
	Saldo Inicial	Saldo Final	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Depreciação Acumulada	Tx	Valor Justo
Propriedade investimento	45.436.653	45.436.653	18.105.864	1.469.923	19.575.788	4%	25.860.865
Terreno	10.500.000	10.500.000	-	-	-	-	10.500.000
Total	55.936.653	55.936.653	18.105.864	1.469.923	19.575.788	-	36.360.865

NOTA 11 - Imobilizado:

	Imobilizado 2022										
	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Baixa Depr.	Depreciação Acumulada	Taxa Depr. a.a.	Total Líquido
Computadores e perif.	6.214.510	723.639	-	479.788	6.458.361	4.853.647	550.460	474.164	4.929.943	20%	1.528.438
Edifício	13.265.489	-	(5.143.363)	-	8.122.126	4.029.184	376.083	(86.615)	4.318.652	4%	3.803.474
Imóveis	2.050.890	34.537	8.946.929	-	11.032.356	1.324.142	329.984	86.615	1.740.741	4%	9.291.615
Instalações	6.691.625	437.024	-	-	7.128.649	5.769.486	178.092	-	5.947.578	10%	1.181.071
Máq. e Equipamentos	1.681.701	116.733	-	37.204	1.761.230	1.527.505	35.865	37.204	1.526.166	10%	235.064
Móveis e Utensílios	4.504.097	396.241	(21.870)	-	4.882.468	3.467.203	231.943	28.371	3.670.775	10%	1.175.189
Obras em Andamento	26.439.809	15.968.268	(5.131.696)	-	37.276.381	-	-	-	-	-	37.276.381
Terrenos	4.145.730	-	1.350.000	-	5.495.730	-	-	-	-	-	5.495.730
Total	64.993.851	17.676.442	-	549.476	82.120.817	20.971.167	1.702.427	539.739	22.133.855	-	59.986.692

...				Imobilizado 2021							
Conta Patrimonial	Saldo Inicial	Adições	Transferências	Baixas	Saldo	Depreciação Inicial	Depreciação Período	Baixa Depr.	Depreciação Acumulada	Tx Depr.	Total Líquido
Computadores e perif.	6.239.592	109.310	-	134.392	6.214.510	4.450.881	536.128	133.362	4.853.647	20%	1.360.863
Edifício	8.122.126	-	5.143.363	-	13.265.489	3.668.884	360.301	-	4.029.184	4%	9.236.305
Imóveis	2.050.890	-	-	-	2.050.890	1.242.106	82.036	-	1.324.142	4%	726.748
Instalações	6.443.023	254.921	-	6.319	6.691.625	5.637.754	137.479	5.747	5.769.486	10%	922.139
Máq. e Equipamentos	1.645.269	59.765	-	23.333	1.681.701	1.520.070	30.616	23.181	1.527.505	10%	154.196
Móveis e Utensílios	4.463.019	108.019	-	67.005	4.504.097	3.275.453	244.893	53.143	3.467.203	10%	1.036.894
Obras em Andamento	29.002.581	2.656.172	(5.143.363)	75.581	26.439.809	-	-	-	-	-	26.439.809
Terrenos	4.145.730	-	-	-	4.145.730	-	-	-	-	-	4.145.730
Total	62.112.294	3.188.187	-	306.630	64.993.851	19.795.148	1.391.453	215.433	20.971.167	-	44.022.684

Obras em andamento: A reclassificação do imobilizado refere-se a conclusão da sede CIEE Porto Alegre - centro histórico RS 19.706.152, CIEE Santa Maria, um andar no prédio Office Tower R\$ 4.975.290 e CIEE Gravataí R\$ 1.758.367.

NOTA 12 - Intangível: Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenha por objetivo bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. O cálculo de amortização é baseado no método linear, que leva em conta o tempo de vida útil estimada dos bens. Os valores identificados com custos com desenvolvimento e andamento são relativos a projetos em andamento. Os intangíveis em desenvolvimento referem-se à produção de conteúdo na plataforma digital a serem ofertados nos programas Aprendiz e Estágio e melhorias nos sistemas de gestão operacional do CIEE.

Intangível 2022					
Conta Patrimonial	Saldo Inicial	Adições	Saldo Intangível	Taxa de Depreciação	Total Líquido
Intangível	-	-	-	20%	-
Desenvolv. Software	- 2.611.635	2.611.635	-	20%	2.611.635
Total	- 2.611.635	2.611.635	-	20%	2.611.635

NOTA 13 - Obrigações Sociais e Tributárias:			
Descrição	2022	2021	
INSS a Recolher	246.294	171.441	
IRRF a Recolher	409.747	299.577	
FGTS a Recolher	240.712	222.911	
PIS/COFINS/CSLL a Recolher (terceiros).....	28.855	15.240	
ISSQN a Recolher (terceiros).....	43.467	3.596	
Ordenados a Pagar	683.769	632.501	
Provisão de Férias e Encargos Sociais	3.733.305	2.982.755	
	5.386.149	4.328.021	

NOTA 14 - Bolsa auxílio estagiários a repassar: São registrados nesta rubrica os valores de Bolsa-Auxílio recebidos das empresas conveniadas pelo CIEE. Nesse sistema, os valores de Bolsa Auxílio são inicialmente recebidos pelo CIEE das empresas concedentes de estágio e repassados integralmente aos estagiários contratados, esses eventos são registrados no Passivo Circulante, nas rubricas BAE Recebíveis e BAE Distribuídas, respectivamente.

Bolsa Auxílio Estagiários a Repassar				
Descrição	2022	2021		
Bolsa Auxílio Estagiários a Repassar	6.625.410	5.112.343		

NOTA 15 - Depósitos Judiciais, Provisões para Contingências e Outros Débitos: A Entidade é parte de diversos processos de natureza trabalhista e cível, à cargo de consultores jurídicos externos, os quais estimam como perdas prováveis os valores de R\$ 56.579 em 2022 (R\$ 97.503 em 2021), as provisões pra eventuais perdas prováveis são estimadas e atualizadas pela administração.

Provisões para Contingências e Outros Débitos				
Descrição	2022	2021	2022	2021
Decisões Judiciais	-	-	164.504	345.200
Reclamações Trabalhistas	56.579	97.503	-	235.535
Total	56.579	97.503	164.504	580.735

Movimentação das Provisões para Contingências Cíveis/Trabalhistas

Saldo Inicial	2022	2021
Saldo Inicial	97.503	226.000
Baixas	(40.924)	(128.497)
Saldo Final	56.579	97.503

Existem processos em andamento contra a Entidade, os quais foram analisados por seus assessores jurídicos e classificados como possíveis obrigações futuras, para os quais foram estimados valores de desembolso no montante de R\$ 1.696.539 em 2022 (R\$ 837.375 em 2021). A totalidade dos processos classificados com o risco de **perdas possíveis** não são provisionadas no balanço e referem-se a reclamatórias trabalhistas de ex-colaboradores e de jovens do programa aprendiz da modalidade CIEE empregador. Os depósitos judiciais referem-se a garantias judiciais de processos trabalhistas que se encontram em julgamento no montante de R\$ 580.735 em 2022 (R\$ 737.237 em 2021) estão associados aos processos estimados como **perdas possíveis**.

NOTA 16 - Patrimônio líquido: O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Débitos ocorridos ao longo dos exercícios, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade, conforme legislação aplicável ao estatuto social do CIEE/RS deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção dos seus objetivos, não podendo por consequência, distribuir qualquer parcela do seu patrimônio ou de seus resultados.

NOTA 17 - Receitas Operacionais:

Receitas Atividade da Assistência Social			
Contribuição Institucional Programa Aprendiz Legal	2022	2021	
Contribuição Institucional Programa Estágio	31.087.524	24.648.456	
Receita Programas P.O.D./C.J. Estado RS	2.989.811	2.577.060	
Outras Receitas Operacionais			
Receita Centro de Eventos	758.991	173.725	
Receita de Aluguéis salas/cjtos	3.179.140	3.213.586	
Receita Estacionamento	373.695	249.774	
Receita Cafeteria	58.850	17.430	
Receitas Diversas	418.984	359.493	
Receitas convênios inst. bancárias	350.000	-	
Receita recuperação IPTU imóveis	605.708	-	
Reversão provisões processos trabalhistas	-	108.498	
	97.403.770	76.220.134	

NOTA 18 - Custos e despesas operacionais de assistência social: O CIEE/RS, enquanto organização de Assistência Social e fazendo parte da rede socioassistencial privada, atua diretamente em dois sistemas buscando mecanismos para garantir a promoção da proteção social, atendendo indivíduos e suas famílias. Com isso, seja através do Sistema Único de Assistência Social - SUAS ou do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, a Entidade desenvolve suas ações baseadas nestes princípios, buscando a garantia da promoção dos direitos socioassistenciais. Os atendimentos realizados são totalmente gratuitos aos seus beneficiários de forma continuada, permanente e planejada. Oferece oportunidades para construção da autonomia pessoal e social de seus usuários pela promoção do protagonismo, garantindo a defesa e a efetivação dos direitos sociais. Os serviços e programas oferecidos pelo CIEE estão fundamentados nas legislações do Estatuto da Criança e do Adolescente -ECA (8.069/1990), da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (8.742/1993) da Aprendizagem (10.097/2000), de Estágio (11.788/2008), da Constituição Federal e legislações afins. No Programa de Integração ao Mundo do Trabalho o CIEE/RS atua como agente de promoção ao desenvolvimento social fomentando mecanismos para a inclusão produtiva de adolescentes e jovens por meio do Estágio e Aprendiz Legal que auxiliam na qualificação e na descoberta de potencialidades. Integrados ao mundo do trabalho. Os recursos destinados a realização dos programas correspondem aos ativos ou conjunto de ativos empregados exclusivamente para execução das ofertas de serviços prestados pela OSC, eles estão segregados por Programas, garantindo o que preconiza a Política Nacional de Assistência Social quanto a gratuidade concedida. Esta gratuidade é mensurada pelos gastos incorridos nos períodos que as demonstrações contábeis se referem, permitindo demonstrar as despesas diretas alocadas na execução dos serviços, assim como a apropriação das despesas Gerais e Administrativas que integram a composição dos gastos dos programas. **a) Programa de Aprendizagem:** O Programa de Aprendizagem tem por objetivo a inclusão de adolescentes e jovens ao mundo do trabalho por meio da formação e qualificação profissional e da garantia de atuação em empresas. Previsto pelo art. 428 e seguintes da CLT, regulamentado pela Lei nº 10.097/2000 e reconhecido pela Lei 12.868/13 como programa de Assistência Social e de forma complementar pelas políticas intersectoriais, atende prioritariamente, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social sem experiência ou qualificação profissional, por meio de ações de proteção social que viabilizam a promoção do protagonismo e da autonomia dos usuários, além da mediação do acesso ao mundo do trabalho com o acompanhamento e intervenções de apoio, visando à adaptação e permanência de jovens e adolescentes no mundo do trabalho. Os usuários participam de formação técnico-profissional metódica, que possibilita a convivência e desenvolvimento de atitudes e habilidades. As atividades do programa são desenvolvidas em encontros presenciais nas dependências do CIEE/RS como Entidade formadora. As atividades práticas são desenvolvidas nas dependências das unidades concedentes de aprendizagem, o que possibilita, simultaneamente, a integração do conhecimento teórico e prático. A capacitação teórica visa à formação técnica, na respectiva área profissional do curso, e à preparação pessoal para o fortalecimento social e pedagógico dos adolescentes e jovens, para criar mecanismos de enfrentamento e resolução das situações apresentadas na rotina diária do mundo do trabalho, em 2022 totalizaram 858.893 atendimentos, entre encontros teóricos realizados, contratos emitidos e encaminhamentos dos jovens. **b) Programa Estágios CIEE:** Atualizado pela Lei nº 11.788/2008, o Estágio, além de promover o protagonismo juvenil durante o seu processo, propicia ao usuário o aprendizado social, profissional e cultural. Nesta perspectiva, o jovem tem a oportunidade de se desenvolver como sujeito de direito, para a vida cidadã e para o trabalho, vivenciando situações práticas nas organizações parceiras, em 2021 totalizaram 113.389 atendimentos, entre serviços executados emissão de TCE's/TAs e encaminhamentos dos estudantes. **c) Desenvolvimento Socioeducativo / Oficinas:** O serviço promove ações socioeducativas que auxiliam no desenvolvimento integral do usuário, auxiliando na aproximação, preparação e integração ao mundo do trabalho. As oficinas de capacitação e qualificação são articuladas a um conjunto de ações que visam à construção e à reconstrução das histórias e vivências individuais e coletivas dos usuários, na família e no território. As oficinas estruturam-se em 03 (três) eixos temáticos: Cidadania e Fortalecimento de Vínculos; Mundo do Trabalho; e Geração de Renda e Mobilidade Social. Os usuários são beneficiados através das oficinas gratuitas que são desenvolvidas no CIEE/RS, em Organizações Sociais, Instituições de Ensino e em Organizações públicas e privadas, em 2021 totalizaram 16.085 atendimentos aos estudantes, estagiários e aprendizes. **d) Programa de Oportunidades e Direitos - POD Socioeducativo:** O Programa de Oportunidades e Direitos, POD Socioeducativo, é resultado da parceria entre a Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo e o CIEE RS. O POD atua no acesso aos direitos de adolescentes e jovens egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), promovendo oportunidades de reinserção social e escolar, além de estimular o ingresso na profissionalização. Como um de seus principais objetivos, busca reduzir os índices de mortalidade de violência e reincidência de atos infracionais por meio da formação do vínculo e estímulo à socialização e à inserção profissional dos jovens. De acordo com a legislação atual, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), todo e

CIEE Novo Hamburgo, o saldo remanescente da rubrica é composto por obras das futuras sedes: CIEE Porto Alegre - centro histórico RS 19.706.152, CIEE Santa Maria, um andar no prédio Office Tower R\$ 4.975.290 e CIEE Gravataí R\$ 1.758.367.

jovem egresso do sistema socioeducativo tem o direito de dispor de acompanhamento após a sua extinção. Em 09/01/2009, foi sancionada a Lei Estadual 13.122 - atualizada pelas Leis 14.227, de 15/04/2013 e 14.228, de 15/04/2013, regulamentadas pelo Decreto nº 46706, de 23/10/2009 - que oferece materialidade ao disposto no art. 94, inc. XVIII do ECA, e também ao

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Serviços / Programas de Assistência Social: 2022										
Descrição	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Aprendiz	Cursos de Capacitação Ações Sociais	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Estágio	Programa de Oportunidade e Direitos: POD Socioeducativo	Programa Centro da Juventude Alvorada					
Salários e encargos de Pessoal	19.187.452	503.304	12.561.851	1.572.958	426.804					
Seguros de Vida e Assistência Médica	-	-	114.350	-	-					
Publicidade e Divulgação	-	20.575	180.425	22.500	131.041					
Materiais de Consumo	-	5.031	175.868	9.346	23.324					
Infraestrutura de Sede	-	27.789	1.386.936	294.730	4.342.502					
Serviços Públicos	-	8.064	299.831	29.528	-					
Serviços de Comunicação	-	5.524	266.917	65	3.354					
Serviços Especializados Contratados	-	127.259	1.432.832	31.502	161.240					
Depreciações e Amortizações	-	35.127	501.228	-	1.641.945					
Outras Despesas Operacionais	-	37.893	780.029	229.384	306.712					
Total Geral por Programa	32.191.342	770.562	17.700.267	2.190.013	1.089.551					

Composição dos Custos e Despesas Operacionais dos Serviços / Programas de Assistência Social: 2021										
Descrição	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Aprendiz	Cursos de Capacitação Ações Sociais	Programa de Integração ao Mundo do Trabalho: Estágio	Programa de Oportunidade e Direitos: POD Socioeducativo	Programa Centro da Juventude Alvorada					
Salários e encargos de Pessoal	15.863.490	823.642	10.581.104	1.484.160	714.818					
Seguros de Vida e Assistência Médica	-	-	89.583	-	-					
Publicidade e Divulgação	-	14.382	89.814	20.965	52.406					
Materiais de Consumo	-	3.855	138.974	4.578	14.584					
Infraestrutura de Sede	-	81.628	1.278.365	315.627	192					
Serviços Públicos	-	22.986	300.803	31.262	2.486					
Serviços de Comunicação	-	8.237	298.164	1.473	-					
Serviços Especializados Contratados	-	169.559	1.189.069	20.132	66.247					
Depreciações e Amortizações	-	49.435	406.644	-	1.218.635					
Outras Despesas Operacionais	-	19.923	535.608	166.638	96.602					
Total Geral por Programa	26.725.023	1.193.645	14.908.128	2.044.835	947.335					

NOTA 19 - Custos e despesas operacionais de outras atividades operacionais

Custos e despesas locações propriedades CIEE:

Centro de Eventos/Salas e Cjtos/Estacionamento/Cafeteria	2022	2021
Salários e encargos de Pessoal	481.527	305.288
Publicidade e divulgação	2.635	-
Materiais de Consumo	36.132	23.982
Infraestrutura de Sede	436.431	314.391
Serviços Públicos	517.299	351.051
Serviços de Comunicação	2.570	4.201
Serviços Especializados Contratados	784.780	578.393
Depreciações e Amortizações	1.530.406	1.642.740
Outras Despesas Operacionais	92.488	78.306
	3.884.268	3.298.352

NOTA 20 - Trabalho Voluntário: Em atendimento à NBC ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros "O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício das suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro". O CIEE/RS valoriza as receitas com trabalho voluntário inclusive dos membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo, considerando os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As Receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida das despesas operacionais.

Despesas com Trabalho Voluntário	2022	2021
Receitas com Trabalho Voluntário	(3.487.563)	(3.386.400)
Total Trabalho Voluntário	-	-

NOTA 21 - Resultado financeiro: O resultado financeiro abrange basicamente as receitas de juros dos rendimentos e das perdas na carteira de fundos de investimentos bancários de aplicações financeiras da entidade, além dos rendimentos/proventos das ações linhas de telefonia e da variação monetária de cauguês de alugueis. Os rendimentos e as perdas são reconhecidos no resultado, através do método de juros efetivos.

NOTA 22 - Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal: O CIEE/RS é constituído como Associação Civil, sem fins lucrativos, que atua na área de Assistência Social, da Educação e Cultural, e nesta condição é possuidora dos seguintes Registros e Títulos Declaratórios outorgados pelo Poder Público: Registro no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, c/c. Processo nº 203.862/76 deferido em 11/08/1976; inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social CMAS de Porto Alegre, nº 246/99 Resolução nº71, de 19/11/1999, atualizada n.º 237/2013, conforme Resolução nº 310/2013, estabelecendo os serviços e programas desenvolvidos, de acordo com a Resolução nº 219/2018 e possui inscrições nos Conselhos de Assistência Social de suas unidades no interior do estado. Declaração de Utilidade Pública Federal, por Decreto do Presidente da República nº 91.108/85 de 12/03/1985 publicado no DOU de 13/03/1985; Declaração de Utilidade Pública Estadual, Decreto nº 23.142 de 10/06/1974 publicado no DOE de 10/06/1974. Declaração de Utilidade Pública Municipal, Lei Municipal nº 5.425 de 29/06/1984 publicado no DOM de 03/07/1984; Registro na Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado o Rio Grande do Sul, Certidão de Registro nº 311249, sob o processo nº 0063642100/99.1; Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, sob o nº 8.018 e também estão inscritos seus programas nos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente em todos os municípios onde executa o Programa de Integração ao Mundo do Trabalho Aprendiz Legal.

O CIEE/RS goza plenamente da imunidade tributária em relação aos IMPOSTOS, nos termos do Artigo nº 150, Inc. VI, "c" da Constituição Federal, e pelo atendimento do Art. 14 do CTN, visto sua qualificação como Entidade sem fins lucrativos. Também goza da imunidade tributária em relação às CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS E PREVIDENCIÁRIAS, à luz do § 7º do Art. 195, da Constituição Federal, conforme decidido pelo STF quando do julgamento das ADINs 2028 e do RE 566622. O CIEE/RS, em cumprimento da legislação que lhe é pertinente por ser Entidade de assistência Social sem fins lucrativos (Lei nº 8742/93 - LOAS e Lei nº 12.101/2009). **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social CEBAS,** é detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, o pedido de Concessão protocolizado sob número 71000.036822/2020-29 em 17/06/2020, foi DEFERIDO pela Portaria nº 103/2020, item 3, de 28/07/2020, publicada no Diário Oficial da União de 30/07/2020, com validade de 30/07/2020 a 29/07/2023 e prorrogado pela Portaria nº 49/2022, no Diário Oficial da União de 25/02/2022, com validade de 30/07/2020 a 31/12/2024, tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos na Lei 12.101/2009 e decreto n.º 8.242/2014. **Em atendimento ao item 27, letra "C" da ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros,** os tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios de 2020 e 2019 são: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição Social sobre o superávit apurado (CSLL), da Contribuição Previdenciária (quota patronal) ao INSS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), programa da integração social (PIS) e dos impostos municipais IPTU e do imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Nos Exercícios de 2022 e 2021, o CIEE/RS usufruiu da isenção das Contribuições Sociais conforme demonstrativo:

Contribuições sociais usufruídas		
	2022	2021
Contribuição Social - Cota Patronal	6.556.961	5.855.729
Contribuição Social - SAT	327.848	292.786
Contribuição Social - Terceiros	1.299.389	1.134.809
Contribuição Social - Autônomos	54.466	43.497
	8.238.664	7.326.821

NOTA 23 - Seguros (não auditado): A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram auditadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 15.000.000 para responsabilidade civil e para danos materiais e bens ativo mobilizado com cobertura no limite máximo de indenização de R\$ 43.400.000.

NOTA 24 - Gestão: a) Gestão de risco financeiro: As atividades da Entidade a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de retração do mercado devido a alterações na legislação do estágio, aprendizagem e trabalhista, risco de aumento de processos trabalhistas de estagiários e aprendizagem, risco de restrições orçamentárias em órgãos da administração pública, risco de ampliação dos agentes próprios de intermediação das instituições de ensino, risco de retração do mercado devido às crises nacionais e internacionais. A entidade mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados, além de constante monitoramento do mercado em que atua. **b) Gestão de capital:** Os objetivos da Entidade, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar a continuidade das operações de filantropia para oferecer retorno à sociedade contemplada com suas ações sociais e benefícios às outras partes interessadas. A Entidade tem utilizado essencialmente capital oriundo de contribuições sobre os contratos firmados para intermediação dos programas estágio e aprendizagem além das receitas das atividades meio do seu patrimônio aplicadas integralmente no financiamento de suas atividades sociais, apresentando, consistentemente, baixo nível de endividamento quando comparado à sua posição de caixa.

disposto no Art.4º, inc. X da Lei Federal nº 12.594/12 SINASE, que tem como objetivo garantir este acompanhamento aos egressos da FASE no período de um ano após sua extinção, em 2022 foram realizadas 94 oficinas de sensibilização com grupos de adolescentes e jovens; 330 círculos de compromisso; acolhidos 183 Planos Individuais de Realização-PIR e 5.419 atendimentos aos jovens acolhidos. **e) Programa Centro da Juventude Alvorada:** O programa C.J. Alvorada é resultado da parceria entre a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do RS e o CIEE RS. O Centro da Juventude atua na rede socioassistencial, é um espaço de convivência, aprendizagem e desenvolvimento para os jovens e adolescentes do município de Alvorada, proporcionando novas oportunidades e perspectivas de futuro, através de metodologias voltadas para a qualificação profissional, combate à evasão escolar e protagonismo e liderança juvenil, atuando, também, na prevenção e redução da criminalidade, em 2022 foram atendidos 424 jovens. Nos Eixos do programa: Percorso Socioafirmativo, Percorso Socioprofissionalizante e Jovem multiplicador foram realizados 5.475 atendimentos.

Quantidade de beneficiários atendidos nos serviços e programas realizados pelo CIEE/RS		
Descrição	2022	